



FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE

CNPJ: 84.953.579/0001-05

Av. Castelo Branco, 170 - CEP 88.509-900

Lages – SC

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores expressos em Reais

### 1) ATIVIDADE OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE, mantenedora da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC é uma entidade educacional, regional, com área de abrangência compreendendo o Planalto Serrano Catarinense, de caráter comunitário, sem fins lucrativos, pública de direito privado, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 94364 de 22.05.87, publicado no DOU de 25.05.87, criada pela Lei municipal nº 005 de 14.03.69, consolidada pela Lei Complementar Municipal nº 092 de 01.04.98, tendo como objetivo principal o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviços em todos os níveis e por todas as formas ao seu alcance.

#### APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil – conforme RESOLUÇÃO CFC N.º 1.409/12, que *Aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros*, em consonância com o Código Civil, Lei Federal nº 10.406/2002; com a Lei das Sociedades por Ações, Lei Federal nº 6.404/76 e demais atos normativos aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

A Moeda Funcional de registro das operações do ambiente em que a empresa opera é o Real.

A Administração desta empresa conclui e declara sob sua exclusiva responsabilidade: a) que todos os documentos e/ou informações gerados e recebidos de seus fornecedores e de outras instituições de relacionamento correspondem aos encaminhados para a elaboração da escrituração contábil e demais serviços contratados e estão revestidos de total idoneidade; b) que o saldo de caixa registrado em conta própria foi pela Administração contado, levantado e confirmado fisicamente e perfaz a realidade do período encerrado em 31/12/2017 e 31/12/2016; c) que os estoques registrados em conta própria foram pela Administração contados e levantados fisicamente e avaliados de acordo com a política de mensuração de estoque determinada pela empresa e perfazem a realidade do período encerrado em 31/12/2017 e 31/12/2016; d) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado Totv's RM, são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de inteira responsabilidade da nossa Administração todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados; e) que as demonstrações contábeis apresentam de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da empresa, inclusive a destinação do resultado dos exercícios findos até 31/12/2017 e 31/12/2016.

### 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A empresa observa o regime de competência para o registro das transações, combinado ainda com as seguintes práticas contábeis:

- **Classificação de itens Circulantes e Não Circulantes** – No Balanço Patrimonial os ativos e obrigações vincendos, ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou expectativa de realização superior á 12 meses, são classificados

como itens não circulantes;

- **Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata** - Estão demonstrados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço;
- **Créditos a receber de clientes** - Referem-se a créditos a receber por vendas a prazo de bens/serviços, com valores efetivamente faturados e estão pré-fixados;
- **Créditos a receber – outros** – referem-se a créditos a receber decorrentes das atividades operacionais acessórias, vinculados a convênios e créditos de clientes em cobrança administrativa ou judicial e estão demonstrados pelo valor contratado ou do acordo pré-fixados;
- **Créditos Operacionais – adiantamentos** – referem-se a adiantamentos operacionais a fornecedores, salários, férias de funcionários e acordo trabalhista, e estão demonstrados pelo valor original do adiantamento;
- **Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Dúvidosa** – constituída com base na análise de risco provável das contas a receber e seu montante estimado é considerado adequado para cobrir eventuais perdas na realização de contas a receber de clientes;
- **Impostos a Recuperar** – estão contabilizados pelo valor original e, classificados de acordo com o prazo e expectativa legal de recuperação de cada crédito fiscal;
- **Estoques** - constituído de material de consumo, material de expediente e livros da editora e estão avaliados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao custo de reposição;
- **Direitos Realizáveis a Longo Prazo** – referem-se: **a)** créditos a receber de clientes sub judice demonstrados pelo valor contratado/acordo pré-fixados; **b)** saldo residual de depósito judicial de IRRF, demonstrado pelo valor original dos depósitos; **c)** depósitos trabalhistas/cíveis, demonstrados pelo valor original dos depósitos;
- **Investimentos permanentes** – referem-se a aplicações em cotas de capital da Sicred e Credicomim, e estão registrados pelo custo de aquisição e a capitalização anual;
- **Imobilizado** - Os bens e direitos do ativo não circulante – imobilizado, estão registrados ao custo de aquisição, combinado ainda com os seguintes aspectos: os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil e econômica estimada dos mesmos, conforme laudo de avaliação;
- **Intangível** - Os direitos do ativo não circulante – intangível, refere-se aos custos de software reconhecidos como ativo e, são amortizados durante sua vida útil e econômica estimada em cinco anos;
- **Adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC PME 17** - Para efeito da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC PME 17 - Ativo Imobilizado, aprovado pela Resolução CFC Nº 1.263/09, a Instituição não promoveu quaisquer ajustes no valor dos seus bens, por entender a Administração, de que os mesmos se encontram registrados por valores que refletem adequadamente a situação econômica;
- **Método de depreciação e amortização** – Os métodos de depreciação e amortização são compatíveis com a vida útil econômica do ativo, conforme estabelecido pela RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.136/08, que aprova a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, combinado com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 17, aprovada pela Resolução CFC Nº 1255/09.  
A escrituração contábil da empresa aloca o valor depreciável dos ativos em base sistemática ao longo da sua vida útil e escolheu o método de depreciação em linha reta. A Administração da empresa está ciente que deverá revisar seu método atual de depreciação sempre que tenha indicação de mudança relevante no padrão pelo qual a empresa espera consumir os benefícios econômicos futuros dos seus ativos.  
A escrituração contábil da empresa aloca a amortização para ativos pertinentes, quando corresponde à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou

contratualmente limitado.

- **Passivo circulante e não circulante** – são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço;

- **Provisões** – uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

- **Utilização de estimativas** - Na preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis, requer que a Administração faça estimativas que afetam os valores apresentados nas mesmas e, em decorrência disso, os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

### 3) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Natureza	31-12-2017	31-12-2016
Fundo Fixo	1.481	2.966
Depósitos bancários à vista	246.412	273.101
Aplicações financeiras de liquidez imediata	31.146.368	31.444.878
<b>TOTAL</b>	<b>31.394.261</b>	<b>31.720.945</b>

### 4) CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER DE ATIVIDADES FINIS

#### 4.1. Créditos a Receber de clientes

Descrição do crédito	31-12-2017	31-12-2016
Mensalidades a receber	7.415.826	6.250.990
Cheques devolvidos	11.890	11.452
<b>Total</b>	<b>7.427.716</b>	<b>6.262.442</b>
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(4.458.492)	(2.942.711)
<b>Saldo Líquido a Receber</b>	<b>2.969.224</b>	<b>3.319.731</b>

A estimativa para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD foi constituída sobre os créditos a receber vencidos com mais de 90 dias.

#### 4.2. Créditos a Receber – Outros

Descrição do crédito	31-12-2017	31-12-2016
Fies a receber	792.326	1.199.377
Alugueis centro de convivência a receber	12.142	17.389
Alugueis a receber CCJ	2.400	1.029
Termo de confissão /renegociação de dívida a receber	133.401	147.701
Condomínio Midilages a receber	5.510	16.654
Cobrança judicial a receber	1.070.002	1.163.460
Outras Contas a Receber	211.846	55.194
Termo novação dívida a receber	688.330	287.411
Condomínio centro de convivência a receber	973	934

Alugueis salas de aula	5.560	-
Contrato de novação/divida receber de cliente	4.320	5.358
Cartão de Crédito a Receber	345.876	203.952
Renegociação Mensalidade Funcionários	2.251	-
<b>Total</b>	<b>3.274.937</b>	<b>3.098.458</b>
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.518.815)	(1.389.976)
<b>Saldo Líquido a Receber</b>	<b>1.756.122</b>	<b>1.708.483</b>

A estimativa para perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, foi constituída sobre os créditos a receber vencidos com mais de 90 dias.

#### 4.3. Créditos Operacionais – Adiantamentos

Descrição do crédito	31-12-2017	31-12-2016
Adiantamentos a empregados	1.435	8.437
Adiantamento para fornecedores	7.084	230
Adiantamento de férias a empregados	1.906.227	1.785.999
Adiantamento acordo trabalhista	20.000	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.934.746</b>	<b>1.794.666</b>

#### 4.4. Tributos e Contribuições a Recuperar

Descrito do crédito	31-12-2017	31-12-2016
IRRF a recuperar	9.311	9.311
Salário família a recuperar	2.855	2.463
Salário maternidade a recuperar	35.494	7.878
INSS a recuperar	-	620
Contribuições sociais a recuperar	207	207
FGTS a recuperar	63	6.207
PIS a recuperar	578	578
<b>TOTAL</b>	<b>48.508</b>	<b>27.264</b>

#### 5) DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Crédito de Cliente a Receber Sub Judice (1)	-	763
Depósito Judicial-IRRF (2)	81.383	81.383
Depósito Judicial Trabalhista	68.297	602.935
Depósito Judicial Cível (3)	1.175.388	1.175.388
Contrato de Novação Dívida Receber Cliente (4)	18.917	22.199
<b>TOTAL</b>	<b>1.343.985</b>	<b>1.882.668</b>

(1) Crédito de Clientes a Receber Sub Judice – refere-se a valores a receber de mensalidades dos alunos funcionários e/ou dependentes destes, em discussão quanto ao direito de crédito de bolsas de estudo pelas partes litigantes, baixado no exercício de 2017;

(2) Valor residual do levantamento do Depósito Judicial IRRF AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM

ORDINÁRIO) Nº 1999.72.06.002426-6 (SC);

(3) Depósito judicial cível processo BADESC no valor de R\$ 1.170.588 e GVT VIVO no valor de R\$ 4.800;

(4) Acordo de mensalidades de acadêmicos;

## 6) ATIVO IMOBILIZADO

Descrição	31-12-2016	Adições	Baixas	31-12-2017
Terrenos (A)	117.469	-	-	117.469
Terrenos-Conta Reavaliação (A)	4.293.131	-	-	4.293.131
Edifícios (A)	5.532.683	12.633.024	-	18.165.707
Edifícios-Conta Reavaliação (A)	8.762.489	-	-	8.762.489
Instalações (A)	310.629	-	-	310.629
Benfeitorias (A)	1.801.859	295.348	-	2.097.207
Benfeitorias-Conta Reavaliação (A)	40.443	-	-	40.443
Construções Centro Ciências Saúde (A)	2.292.279	-	-	2.292.279
Reservatório para Água (A)	66.745	-	-	66.745
Reservatório para Água CTA. Reavaliação (A)	6.965	-	-	6.965
Terrenos - Sede Campo Belo	6.120	-	-	6.120
Edifícios - Sede Campo Belo	27.510	-	-	27.510
Ajardinamento e Paisagismo	33.156	-	-	33.156
Construção Centro Esportivo (A)	8.310	-	-	8.310
Construções em Andamento CCET	12.633.024	-	12.633.024	-
Equipamentos de Informática	2.784.508	74.091	8.592	2.850.007
Equipamentos de Laboratório	4.085.276	33.119	6.405	4.111.990
Equipamentos de Telefonia	139.451	-	-	139.451
Máquinas e Equipamentos	644.298	131.153	21.777	753.674
Móveis e Utensílios	2.218.715	122.302	11.972	2.329.045
Acervo Bibliográfico	3.158.239	33.158	770	3.190.627
Veículos e Acessórios	131.474	-	-	131.474
Adorno e Decoração	13.518	-	-	13.518
Equipamentos Eletrônicos	42.960	6.199	-	49.159
Equipamentos de Desporto	46.078	-	-	46.078
Equipamentos de Segurança	34.377	-	-	34.377
Equipamentos para Laboratório Línguas	16.451	-	-	16.451
Ferramentas	5.393	-	-	5.393
<b>Total Imobilizado</b>	<b>49.253.550</b>	<b>13.328.394</b>	<b>12.682.540</b>	<b>49.899.404</b>
Depreciações Edifícios	(1.134.340)	(217.612)		(1.351.952)
Depreciações Benfeitorias	(630.056)	(72.449)		(702.505)
Depreciações Instalações	(276.083)	(11.632)		(287.715)
Depreciações Reservatório para Água	(35.999)	(3.277)		(39.276)
Depreciações Edifícios CTA Reavaliação	(1.607.179)	(146.344)		(1.753.523)
Depreciações Benfeitorias CTA Reavaliação	(17.805)	(1.618)		(19.423)
Depreciações Reservatório p/Água CTA Reav.	(3.860)	(354)		(4.214)
Depreciações Ajardinamento e Paisagismo	(14.519)	(1.326)		(15.846)
Depreciações Equip. de Informática	(2.162.860)	(141.390)	150	(2.304.100)
Depreciações Equip. de Laboratório	(2.514.098)	(232.391)	7	(2.746.482)
Depreciações Equip. de Telefonia	(135.713)	(1.028)		(136.741)
Depreciações Máquinas e Equipamentos	(288.225)	(30.241)	9	(318.457)
Depreciações Móveis e Utensílios	(1.740.880)	(66.131)	22	(1.806.989)
Depreciações Veículos e Acessórios	(129.301)	(2.173)		(131.474)
Depreciações Adorno e Decoração	(13.518)	-		(13.518)
Depreciações Equip Eletrônicos	(28.903)	(2.367)		(31.270)
Depreciações Equip. de Desporto	(39.175)	(2.038)		(41.213)

*Handwritten signature and initials.*

*Handwritten signature.*

*Handwritten signature.*

Depreciações Equip.de Segurança	(34.370)	-		(34.370)
Depreciações Equip. p/ Laboratório Línguas	(16.451)	-		(16.451)
Depreciações Ferramentas	(5.089)	(55)		(5.144)
<b>Total Depreciação Acumulada</b>	<b>(10.828.424)</b>	<b>(932.427)</b>	<b>188</b>	<b>(11.760.663)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>38.425.126</b>			<b>38.138.741</b>

#### (A) GRAVAME POR HIPOTECA

Os bens imóveis identificados nesta Nota Explicativa, assinalados com **(A)**, estão gravados por hipoteca em favor das Instituições Financeiras explicitadas na Nota Explicativa 9.

**6.1.** A escrituração contábil da empresa aloca o valor depreciável dos ativos imobilizados em base sistemática ao longo da sua vida útil e escolheu o método de depreciação em linha reta, calculado da seguinte forma: **A)** para os bens adquiridos até 31/08/2010, com base no saldo residual de cada conta de bem depreciável; **B)** para as aquisições de bens do imobilizado a partir de 01/09/2010 é calculado com base no valor de cada bem, controlado analiticamente no controle patrimonial de bens do imobilizado.

#### 7) ATIVO INTANGÍVEL

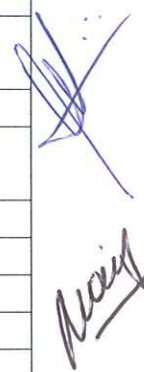
Descrição	31-12-2016	Adições	Baixas	31-12-2017
Software	721.537	1.461		722.998
(-) Amortização acumulada	(416.234)	(64.593)		(480.827)
<b>Intangível Líquido</b>	<b>305.303</b>			<b>242.171</b>

#### 8) BENS DE TERCEIROS – USO EM COMODATO

A Instituição possui bens de terceiros na condição de fiel depositária no montante de R\$ 382.430 que são utilizados em projetos de pesquisa nos termos de convênios celebrados com as seguintes Instituições:

Bens	Termo de Cessão de uso nº	Data	Valor do Bem R\$	Instituição Conveniada
Veículo Kombi - marca Volkswagen	01/2008	01/09/2008	41.089	FAPESC
Veículo Caminhonete - marca Ford Ranger	05/2009	14/04/2009	100.000	FAPESC
Condicionadores de Ar Split	10/2009	20/10/2009	24.030	FAPESC
Espectrofotometro de Absorção Atômico	10/2009	20/10/2009	195.000	FAPESC
Telas com Tripé	10/2009	20/10/2009	780	FAPESC
Telas Retrátéis para Projeção	10/2009	20/10/2009	612	FAPESC
Telefones sem Fio	10/2009	20/10/2009	288	FAPESC
Quadro Branco	10/2009	20/10/2009	380	FAPESC
Incubadora Biológica	05/2013	10/05/2013	20.250	Cointer
<b>TOTAL</b>			<b>382.430</b>	

Estes valores estão apropriados contabilmente em conta de compensação, os quais são apresentados líquidos entre ativos e passivos nas demonstrações financeiras.

## 9) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Posição em 31-12-2017

Banco	31-12-2017		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Banco Santander (2)	120.886	382.805	503.691
Banco do Brasil (1 - 3 - 4)	706.017	3.577.867	4.283.884
BADESC (5)	1.362.505	2.564.418	3.926.923
BRDE (6)	438.355	1.022.827	1.461.182
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>2.627.763</b>	<b>7.547.917</b>	<b>10.175.680</b>

Legenda	Finalidade	Nº do contrato	Data Liberação	Vencimento	Valor da Liberação	Taxa	Garantia
BR (1)	Capital de Giro	75374310099	15/03/07	21/12/08	1.000.000	Correção monetária CDI + juros de 6,17% a.a.	Penhor - duplicatas ou cheques
	Capital de Giro	96058370001	21/12/07	15/03/09	550.000	23,88% a.a.	Aval de administradores
BS/R(2)	Capital de Giro	855744996	12/09/07	15/03/11	2.916.381	16,075% a.a.	Penhora de direitos e Hipoteca de bens
	Capital de Giro	605772650	05/02/07	05/08/09	1.800.000	Correção monetária CDI + juros de 4,80% a.a.	penhor - duplicatas/ direitos creditórios + aval administradores
	Capital de Giro	584159235	18/10/06	18/10/09	510.000	25,340% a.a.	Penhor - duplicatas ou cheques + aval administradores
	Capital de Giro	528167322	16/12/05	15/12/09	424.000	Correção monetária CDI + juros de 6,00% a.a.	Aval administradores
ex BESC(3)	Capital de Giro	2007/155199-3	03/10/07	03/10/11	6.000.000	Correção monetária - TR + juros de 1,55% a.m.	Hipoteca de bens
BB (4)	Desconto de Cheques - Saldo Conta corrente	030705576			266.754,19		
BADESC (5)	Construção	2583674	16/02/01	15/03/12	1.300.000	TJLP + juros de 6,5% a.a.	Penhora/ Hipoteca de bens
	Construção	2583992	16/02/01	25/06/10	172.797	TJLP + juros de 7,5% a.a.	Penhora/ Hipoteca de bens
BRDE(6)	Construção/ investimento	212637602	31/10/01	15/07/11	2.178.403	TJLP + juros de 6,5% a.a.	Penhora/ Hipoteca

							de bens
	Construção/ investimento	218568602	03/12/07	15/07/11	320.340	TJLP + juros de 9,5% a.a.	Penhora/ Hipoteca de bens

#### Posição em 31-12-2016

Banco	31-12-2016		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Banco Santander (2)	120.886	503.690	624.576
Banco do Brasil (1 - 3 - 4)	714.534	4.228.399	4.942.933
BADESC (5)	1.214.700	2.292.011	3.506.711
BRDE (6)	436.240	1.454.133	1.890.373
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>2.486.360</b>	<b>8.478.233</b>	<b>10.964.593</b>

As obrigações por contratos de empréstimos contratados com Banco Santander, BADESC e BRDE, notadamente para aplicação em inversões fixas (construções) estão garantidos, com garantia real por bens da Instituição UNIPLAC.

A partir de outubro de 2008 a UNIPLAC, através do seu Departamento Jurídico, implementou discussão quanto as condições e cláusulas contratuais de operações de crédito contratadas com Instituições Financeiras, através de ações revisionais bancárias ajuizadas judicialmente, especialmente quanto a taxas de juros pactuadas nos contratos celebrados com o Banco do Brasil/ Banco Besc. Em decorrência da discussão judicial em curso, os encargos de atualização monetária e juros contratuais destas obrigações por empréstimos, foram reconhecidos somente até 31-12-2008.

Até o final do ano de 2017 a instituição celebrou acordos com as instituições financeiras, Santander, Banco do Brasil, BRDE, em condições compatíveis com o pedido de revisão do débito proposto pela Fundação Uniplac, referido no segundo parágrafo desta nota.

As obrigações por contratos de empréstimos celebrados com Badesc foram atualizados de acordo com a posição fornecida por esta Instituição ou condições contratuais, porém sem apropriação/incorporação de qualquer encargo por cláusula penal, decorrente de inadimplência por parte da Uniplac e não são objeto de ação revisional.

#### 10) OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Natureza	31-12-2017			31-12-2016
	Curto prazo	Longo prazo	Total	
Salários a Pagar	1.667.175	-	1.667.175	1.733.724
INSS a pagar	821.462	-	821.462	834.132
FGTS a pagar	-	-	-	275.724
Contribuição Sindical a Pagar	-	-	-	4.619
Parcelamento FGTS	504.009	1.709.801	2.213.810	2.504.911
Acordo Hora Atividade a pagar (1)	99.034	1.054.792	1.153.826	2.042.344
Parcelamento INSS Proc. 615950140	-	-	-	3.410.447
Parcelamento INSS Proc. 616111673	-	-	-	640.651
Parcelamento INSS a Pagar – Proies (2)	289.507	35.664.121	35.953.628	36.107.850
(-)Encarg. Financ. Parc. INSS Proies a Apropriar	-	12.755.953	12.755.953	14.296.733
Parcelamento PERT	940.651	2.468.125	3.408.776	



Provisão Reclamatórias Trabalhistas	-	1.619.905	1.619.905	2.204.296
Férias a Pagar	3.333.488	-	3.333.488	3.517.738
<b>TOTAL</b>	<b>7.655.326</b>	<b>29.760.791</b>	<b>37.416.117</b>	<b>38.979.703</b>

(1) Explicitado na Nota explicativa nº 17;

(2) A escrituração contábil reconheceu o montante total da dívida tributária confessada no processo de parcelamento Proies e a despesa financeira correspondente é reconhecida como despesa operacional de acordo com a competência da parcela paga ou creditada;

## 11) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

### Posição em 31-12-2017

Natureza	31-12-2017	
	Total	
IRRF a Recolher		621.412
PIS a Pagar		44.356
ISS a recolher		36
Contribuições retidas na fonte a Recolher		4.041
<b>TOTAL</b>		<b>669.845</b>

### Posição em 31-12-2016

Natureza	31-12-2016		
	Curto prazo	Longo prazo	Total
IRRF a Recolher	644.547	-	644.547
PIS a Pagar	46.257	-	46.258
ISS a recolher	2.028	-	2.028
ISS a recolher Sub Judice	-	95.247	95.247
Contribuições retidas na fonte a Recolher	3.747	-	3.747
<b>TOTAL</b>	<b>696.579</b>	<b>95.247</b>	<b>791.827</b>

## 12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Natureza	31-12-2017		31-12-2016
	Curto Prazo	Longo prazo	
Repasso DCE a pagar	8.449	-	11.288
Retenções Afeup a Pagar	-	-	55.739
Retenções Aduniplac a Pagar	-	-	3.205
Adiantamento de Clientes	853.248	-	1.061.245
Indenizações Trabalhistas a Pagar	269.877	-	156.221
Indenizações a Pagar	16.468	-	2.335
Depósitos de Terceiros a Identificar	5	-	-
Créditos de Terceiro a Reembolsar	6.433	-	359
Adiant. Mensalidade a Rec. Pref. De Lages	26.731	-	161.925
Multa CLT – PGFN Processo 47620-000336/2010-19	-	-	48.273
Multa CLT – PGFN Processo 47620-000337/2010-63	3.375	-	41.838

Multa CLT – PGFN Processo 47620-000903/2012-07	25.330	53.423	97.968
Caução Construtora Viseu Ltda	-	-	4.773
Provisão Ações Cíveis	-	1.079.287	963.934
Cheques a Compensar CEF	1.961	-	2.473
Adiant. Mensalidade a Rec. Morgana Quevedo	-	-	213
Adiant. Mensalidade a Rec. Transportes Bernardo	-	-	51
Adiant. Mensalidade a Rec. Art. 171 FUMDES	17.499	-	4.091
<b>TOTAL</b>	<b>1.229.376</b>	<b>1.132.710</b>	<b>1.581.369</b>

### 13) RECEITA DIFERIDA CONVENIOS A APROPRIAR

Natureza	31-12-2017	31-12-2016
Convenio 2013TR003607 SDR Lages (1)	921.959	1.094.070
Convenio 2014TR001448 SDR Lages (2)	477.661	503.517
Convenio 2015TR001812 SDR Lages (3)	12.344.057	12.502.285
<b>TOTAL</b>	<b>13.743.677</b>	<b>14.099.872</b>

(1) Convenio 2013TR003607 SDR Lages: Aquisição de equipamentos para estruturação dos Laboratórios dos cursos de Engenharia;

(2) Convenio 2014TR001448 SDR Lages: Ampliação da estrutura física da Incubadora MIDlages;

(3) Convenio 2015TR001812 SDR Lages: Ampliação do Centro de Ciências Tecnológicas;

### 14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Natureza	31-12-2017	31-12-2016
Doações e Subvenções Patrimoniais	350.743	350.743
Reservas de Reavaliação	13.218.668	13.366.594
Déficits Acumulados (1)	(360.521)	(2.189.272)
<b>TOTAL</b>	<b>13.208.890</b>	<b>11.528.065</b>

#### (1) Composição do Déficit

Natureza	31-12-2017
Déficit em 31/12/2016	(2.189.272)
Realização da Reserva de Reavaliação	147.926
Ajuste de Exercícios Anteriores	74.865
Superávit Apurado no Exercício	1.605.960
<b>Déficit Acumulado</b>	<b>(360.521)</b>

### 15) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No curso do ano calendário de 2017, a Instituição reconheceu na escrituração contábil ajustes de exercícios anteriores decorrente de fatos contábeis ocorridos em períodos anteriores e não reconhecido nas datas oportunas.

NATUREZA DO AJUSTE	VALOR EM R\$
<b>Ajustes positivos (aumento do superávit)</b>	
• Ajuste de despesas ref ao ano de 2016	992
• Baixa correção e juros sobre notificação ISS	75.120
<b>Ajustes negativos (redução do superávit)</b>	
• Devolução de valores pagos em duplicidade	1.247
<b>Total do ajuste em 2017</b>	<b>74.865</b>

## 16) DETALHAMENTO DA DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA E DESPESAS OPERACIONAIS

### 16.1. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

NATUREZA DA DESPESA	31-12-2017	31-12-2016
Bolsa de dependentes de funcionários	844.047	864.664
Bolsa de funcionários	190.317	269.292
Restituições de mensalidades, taxas e outras	110.543	77.807
Cancelamentos	18.572	207.312
Outras Deduções e Devoluções	-	16.372
Bolsa extensão	15.017	14.203
Outras bolsas de estudos concedidas <b>(1)</b>	1.027.116	801.544
Bolsa dependentes funcionários por determinação judicial	93.140	1.073
Bolsa Pesquisa	-	5.630
Desconto Incondicional Financiamento Fies	192.595	634
Desconto Isenção Matrícula/taxa	84.284	-
Desconto Estamos Juntos	1.504	-
<b>Total</b>	<b>2.577.135</b>	<b>2.258.531</b>

**(1)** Refere-se a bolsas de estudos: a) Bolsa estágio UNIPLAC, b) Bolsa FCJA, c) Permuta, d) UNIPLAC X Amures , e) UNIPLAC X Clube dos Oficiais, f) Bolsa SAAERS, Bolsa SIMPROESC, g) Bolsa Trabalho Fórum Universitário, h) Bolsa Trabalho IGP, i) Bolsa UNIPLAC, j) Bolsa UNIPLAC X ACIL, l) Bolsa UNIPLAC X Engenharia de Produção, m) Bolsa UNIPLAC X Fundo Social, n) Bolsa PIBID, o) UNIPLAC X Art. 171, p) UNIPLAC X Leões da Serra, q) UNIPLAC X APLA e r) UNIPLAC X Pós Graduação .

### 16.2. DESPESAS OPERACIONAIS

NATUREZA DA DESPESA	31-12-2017	31-12-2016
<b>16.2.1 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS</b>		
A) Remuneração e outras verbas Salariais		
A1) Salários, férias, 13º Salário	30.227.350	28.907.605
A2) Despesas com reclamações trabalhistas	343.968	203.649
A3) Acordo hora atividade processo 01290200900712004	-	30.161
A4) Provisão Reclamatórias Trabalhistas	573.701	63.199
A5) Outras verbas salariais	97.349	134.074
<b>A5) Total remuneração e outras verbas salariais</b>	<b>31.242.368</b>	<b>29.338.687</b>
B) Encargos Sociais		
B1) INSS	7.822.235	7.476.765
B2) FGTS	2.728.975	2.824.607
B3) PIS	289.750	286.912
<b>Total Encargos Sociais</b>	<b>10.840.960</b>	<b>10.588.284</b>
<b>Total despesa com pessoal</b>	<b>42.083.328</b>	<b>39.926.971</b>

<b>16.2.2 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		
Serviços Técnicos Esp. De Auditoria	38.215	30.150
Serviços Técnicos Esp. Jurídicos	3.000	675
Serviços de Terceiros pessoa física	304.315	427.810
Serviços de terceiros pessoa jurídica	531.857	898.258
Serviços de vigilância	433.029	392.620
Serviços de Contabilidade	146.485	136.777
Serviços de Consultoria	109.220	167.790
Serviços em Informática	275.398	312.760
Honorários Advogado Hora Atividade	-	249.474
Serviços de Limpeza	140.674	37.262
Serviço em Departamento Pessoal	100.800	-
Material de Expediente	41.297	44.833
Material Limpeza/Consumo	174.319	133.785
Material Didático-Técnico	2.589	20.242
Material para a Manutenção	3.422	7.427
Material para Laboratórios	197.142	318.983
Energia elétrica	565.707	619.697
Água	79.416	74.694
Telefone	34.954	65.199
Cópias reproduções	45.653	45.168
Aluguéis e arrendamento mercantil	144.232	124.472
Despesas postais/malotes	9.878	14.447
Seguros	34.009	38.488
Depreciação	932.516	834.265
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	2.476.485	1.961.654
Eventos Culturais/Sociais	3.813	-
Viagens e estadas	127.420	98.270
Manutenção de móveis e equipamentos	118.102	92.860
Conservação e manutenção de instalações	903.982	245.478
Propaganda e publicidade	252.688	276.120
Fretes	5.094	7.999
Despesa com Patrocínio	55.051	500
Veículos e Combustíveis	21.821	18.212
Publicações Técnicas	-	3.175
Despesas com software	58.047	42.298
Taxas e Autenticações	605	1.511
Transporte Acadêmico	18.399	12.090
Despesas Repasse DCE	-	2.346
Bens de Uso Permanente	63.179	41.505
Doações e Contribuições Sociais	62.046	147.004
Assinaturas e Mensalidades	19.780	179.437
Outras Perdas	2.180	97.104
Despesas com ações judiciais e indenizatórias	51.375	17.611
Provisão Ações Cíveis	156.566	624.840
Amortização de Software	64.593	66.031
Despesas Projeto Pronat	-	27.158
Repasse Convênio	232.528	-
<b>Total - despesas administrativas</b>	<b>9.041.881</b>	<b>8.958.480</b>
<b>16.2.3 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS</b>		
<b>Reversão Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(818.986)</b>	<b>(1.081.855)</b>

<b>16.2.4 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>31.536</b>	<b>44.535</b>
<b>16.2.5 - DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
<b>A) Despesas Financeiras</b>		
A1) Juros passivos	396.797	652.646
A2) Desconto concedido	1.887.533	2.037.309
A3) Multas Fiscais	21.266	416.894
A4) Juros e tarifas Banco do Brasil	443.027	592.362
A5) Juros e tarifas CEF	83.487	93.855
A6) Juros e encargos s/financiamento – BADESC	420.211	372.476
A7) Juros e encargos s/financiamento – BRDE	220.402	282.944
A8) Encargos Financeiros Parc. Proies	1.540.780	2.226.895
A9) Outros encargos financeiros	560.774	555.965
<b>A10) Total despesas financeiras</b>	<b>5.574.277</b>	<b>7.231.345</b>
Receitas Financeiras	(3.835.803)	(2.239.971)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>1.738.474</b>	<b>4.991.374</b>
<b>Total</b>	<b>52.076.233</b>	<b>52.839.505</b>

### 16.3. TOTAL DAS DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA E DESPESAS OPERACIONAIS

NATUREZA DA DESPESA	31-12-2017	31-12-2016
Deduções da Receita Bruta	2.577.135	2.258.531
Despesas Operacionais	50.306.223	47.803.596
Despesas Tributárias	31.536	44.535
Despesas financeiras líquidas	1.738.474	4.991.374
<b>Total</b>	<b>54.653.368</b>	<b>55.098.036</b>

### 17) FILANTROPIA

Por deliberação do Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal, a Fundação Uniplac espontaneamente optou, a partir de 1º de janeiro de 2011, pela desistência da sua condição de Entidade Filantrópica, Ata N 012/2010, haja vista que a manutenção da Filantropia gera maior gastos que o benefício fiscal. A legislação pertinente determina que para os fins da concessão da certificação da filantropia a entidade de educação deveria aplicar anualmente em gratuidade, pelo menos 20% da receita anual efetivamente recebida.

#### Comparativo do benefício pela opção de desistência da filantropia

Natureza	31-12-2017	31-12-2016
1. Receita base de cálculo da aplicação mínima do percentual de 20% em gratuidade para manutenção da condição de filantrópica.	59.147.371	57.217.632
2. Aplicação de recursos em gratuidade - 20% sobre a base de cálculo - item 1.	11.829.474	11.443.526
3. Contribuição para a previdencia social – INSS - cota patronal + sat + contribuição para terceiros incidente sobre salários de funcionários e pagamentos a autônomos.	7.822.235	7.476.765
<b>4. Economia anual gerada pela desistencia da filantropia.</b>	<b>4.007.239</b>	<b>3.966.761</b>

## 18) CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Instituição possui processos judiciais e administrativos em andamento, cujo prognósticos quanto à possibilidade de perda no seu desfecho, estão informados em relatórios da Assessoria Jurídica da Instituição, conforme divulgado a seguir:

### Posição em 31-12-2017

Natureza	Risco
Discussão de natureza Civil – Mandado de Segurança	<b>Risco possível</b> – valor R\$ 268.632; <b>Risco Provável</b> – valor R\$ 1.079.287. Refere-se a ações por indenização de danos morais, inexistencia de débitos e mandado de segurança de alunos e ex-alunos.
Discussão de natureza trabalhista	<b>Risco Provável</b> – valor R\$ 1.619.905.
Discussão de natureza trabalhista – hora atividade (1)	Acordo PROCESSO Nº RT 01290-2009-007-12-00-4

- (1) Acordo PROCESSO Nº RT 01290-2009-007-12-00-4, celebrado em 18/12/2014, na 1ª Vara do Trabalho de Lages, Estado de Santa Catarina, decorrente de transação, de mérito, da ação trabalhista nº 01290-2009-007-12-00-4, que tramita perante a 1ª Vara do Trabalho de Lages, em que o Sindicato figura como substituto processual de 401 professores, além do estabelecimento de regras e condições para a quitação de passivos trabalhistas derivados da parcela conhecida como hora-atividade. Trânsito em julgado da decisão considerado pelo Departamento Jurídico da Instituição em 26.01.2015, tendo em vista o teor do art. 183 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e PORTARIA Nº GP/CR 300, de 12 de dezembro de 2014. O montante acordado e homologado foi de R\$ 4.306.698,00, para pagamento nas seguintes condições: a) R\$ 337.896,00 valores pagos até 31/12/2014 e R\$ 3.968.802,00 para pagar a partir da homologação do acordo, limitado a um milhão de reais por ano a partir de 2015.

A escrituração contábil reconheceu o acordo celebrado e a apropriação das parcelas pagas são reconhecidas como despesa com pessoal e encargos de acordo com a competência de pagamento da parcela.

### Posição em 31-12-2016

Natureza	Risco
Discussão de natureza Civil – Mandado de Segurança	<b>Risco possível</b> – valor R\$ 664.510; <b>Risco Provável</b> – valor R\$ 963.934. Refere-se a ações por indenização de danos morais, inexistencia de débitos e mandado de segurança de alunos e ex-alunos.
Discussão de natureza trabalhista	<b>Risco Provável</b> – valor R\$ 2.204.296.
Discussão de natureza trabalhista – hora atividade (1)	Acordo PROCESSO Nº RT 01290-2009-007-12-00-4

- (1) Acordo PROCESSO Nº RT 01290-2009-007-12-00-4, celebrado em 18/12/2014, na 1ª Vara do Trabalho de Lages, Estado de Santa Catarina, decorrente de transação, de mérito, da ação trabalhista nº 01290-2009-007-12-00-4, que tramita perante a 1ª Vara do Trabalho de Lages, em que o Sindicato figura como substituto processual de 401 professores, além do estabelecimento de regras e condições para a quitação de passivos trabalhistas derivados da parcela conhecida como hora-atividade. Trânsito em julgado da decisão considerado pelo Departamento Jurídico da Instituição em 26.01.2015, tendo em vista o teor do art. 183 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e PORTARIA Nº GP/CR 300, de 12 de dezembro de 2014. O montante acordado e homologado foi de R\$ 4.306.698,00, para pagamento nas seguintes condições: a) R\$ 337.896,00 valores pagos até 31/12/2014 e R\$ 3.968.802,00 para pagar a partir da homologação do acordo, limitado a um milhão de reais por ano a partir de 2015.

A escrituração contábil reconheceu o acordo celebrado e a apropriação das parcelas pagas são reconhecidas como despesa com pessoal e encargos de acordo com a competência de pagamento da parcela.

## 19) BENS E VALORES SEGUROS

Os valores dos bens segurados são determinados e controlados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

## 20) CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS

A Instituição não reconhece como devida a contribuição para a COFINS, com base da sua receita contra prestacional, haja vista o disposto no art. 14, inciso X, da medida provisória - MP nº 2.158- 35, de 24 de agosto de 2001, e é reconhecida a isenção da COFINS decorrente das receitas relativas às atividades próprias das instituições de: a) Educação e Assistência Social (imunes nos termos dos arts. 150, inciso VI, alínea c, e 195, parágrafo 7º, da CF); b) instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações isentas ao Imposto de Renda e CSLL (art. 15 da lei 9.532/97); (c) fundações de direito privado criadas pelo poder público, consubstanciadas na SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 21, DE 4 DE MARÇO DE 2013, (7ª Região Fiscal), D.O.U.: 08.04.2013

## 21) TRABALHO VOLUNTARIADO

Foi reconhecido na escrituração contábil, serviços voluntários, pelo valor justo da prestação do serviço como se estivesse ocorrido o desembolso financeiro no curso do ano de 2017, no montante de R\$ 58.467,92.

## 22) RENUNCIA FISCAL

Os tributos objeto de renúncia fiscal em 2017 totalizaram R\$ 1.102.476,65, correspondente ao ISQN.

## 23) EVENTO SUBSEQUENTE (NBC TG 24)

A administração da empresa declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

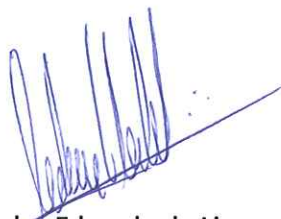
## 24) CONTINUIDADE (NBC TG 26 (R5) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, item 25)

A administração da empresa autorizou a produção e apresentação das demonstrações contábeis elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da empresa

## 25) AUTORIZAÇÃO E DATA PARA A CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 02 de abril de 2018, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras.

  
Marco Aurélio de Liz Marian  
Presidente da Fundação Uniplac



Carlos Eduardo de Liz  
Diretor Executivo da Fundação Uniplac



EAC - ESMÉRIO CONTADORES ASSOCIADOS LTDA.  
CRCSC 002868/0-4  
José Sidney Ribeiro Esmério  
Contador CRCSC 007026/0-6